

OPINIÃO SOCIALISTA



VOTE 16

**POR
um BRASIL**

SOBERANO E

SOCIALISTA

**CRISE NA CAMPANHA DE LULA, PERIGO
BOLSONARISTA E A ARMADILHA DO VOTO ÚTIL**

PÁG. 9 A 17

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 4 a 8

EDITORIAL

**VOTE 16 PARA VIRAR A
MESA DO BANQUETE DOS
PODEROSOS**

Pág. 9 a 17

CENTRAIS

**CRISE NA CAMPANHA DE LULA,
PERIGO BOLSONARISTA E A
ARMADILHA DO VOTO ÚTIL**

Pág. 18 a 26

BRASIL

**TRUMP, TIRE SUAS MÃOS
DAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS**

Pág. 27 a 33

BRASIL

**QUANDO O STF ACUSA
O PRÓPRIO STF DE FAZER
POLÍTICA**

Pág. 34 a 40

BRASIL

**EM DEFESA DA SOBERANIA
NACIONAL: CONTRA O LEILÃO
DE PETRÓLEO!**

Pág. 41 a 46

OPRESSÃO

**PRISÃO DE ALIADO DE TARCÍSIO
REVELA MAIS CONEXÕES
POLÍTICAS DO PCC**

Pág. 47 a 49

CLASSE TRABALHADORA

**OPERÁRIOS E OPERÁRIAS DA
CONSTRUÇÃO CIVIL DE BELÉM
CONQUISTAM AVANÇOS E
ENCERRAM GREVE APÓS QUATRO
DIAS DE LUTA**

Pág. 50 a 52

CLASSE TRABALHADORA

**GREVES DA CAIXA E DOS
CORREIOS MOSTRAM A FORÇA
DA LUTA CONTRA OS ATAQUES
AOS DIREITOS**

Pág. 53 a 56

MULHERES

**CHEGA DE MORTES MATERNAS!
ABORTO INSEGURO É
FEMINICÍDIO DE ESTADO**

Pág. 57 a 58

JUVENTUDE

**ENTERRAR O VELHO MUNDO!
COM OS TRABALHADORES,
CONTRA O SISTEMA**

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Opinião Socialista Ltda.

CNPJ: 55.446.524/0001-00 / Atividade Principal 91.92-8-00.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb 14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

📷 @opiniaosocialista

💬 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ opinião@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo
(SP) CEP: 01313-000

Vote 16 para virar a mesa do banquete dos poderosos



Hertz Dias, candidato a presidência, e Vanessa Portugal candidata a Vice-presidência, pelo PSTU

Enquanto fechávamos esta edição, Lula e seu vice Geraldo Alckmin, recebiam o topo da burguesia brasileira num luxuoso jantar num hotel da capital paulista. Entre os convidados estavam André Esteves, do banco BTG Pactual, além de representante do Santander e Luiz Carlos Trabuco, do Bradesco. Trabuco é o nome exigido pelo mercado para o cargo de ministro da Fazenda numa eventual nova gestão do PT.

Para quem não se lembra, Trabuco foi o nome escolhido pela então presidente Dilma para conduzir a economia do país num cenário de crise. O banqueiro não quis e indicou Joaquim Levy, responsável pelo maior ajuste fiscal da história que jogou o Brasil na pior recessão do país, entre 2014 e 2016, anos em que o PIB teve uma retração de 7%. Número de um país em guerra. Na verdade foi uma guerra, mas contra os pobres, que sofreram com

desemprego em massa, queda na renda e ataques aos direitos. Trabuco acabou não vindo, mas o tiro foi dado.

Mas a lista de ilustres convidados vai além, e contempla Benjamin Steinbruch da CSN, Gustavo Pimenta da Vale, e Blairo Maggi, o maior produtor de soja do Brasil. São 150 nomes que representam quem manda no país de fato, dos banqueiros, aos grandes monopólios que dominam o agronegócio, a mineração, a indústria de alimentos como a JBS, entre outros setores. O encontro foi articulado para aproximar o governo Lula dos representantes do capital a nove dias das eleições.

COMPROMISSO COM A BURGUESIA, O RETROCESSO E A ENTREGA DO PAÍS

Entre os canapés e o champagne, o que está colocado sobre a mesa do jantar? Não é o fim da Escala 6×1, que o governo Lula retirou a urgência a pedido de Alcolumbre e do centrão, e agora mofa na gaveta do Senado. É justamente a pauta que seu atual ministro da Fazenda, Dario Durigan, escreveu em artigo publicado no mesmo dia na prestigiada revista britânica *The Economist*: o compromisso do governo em aprofundar o arcabouço fiscal, o teto de gastos elaborado pela equipe econômica de Lula para restringir os investimentos públicos para fazer superávit (em outras palavras desviar dinheiro público das escolas e hospitais para garantir o pagamento dos juros da dívida).

Em frente às câmeras, Lula discursa contra a pobreza e a desigualdade social. Sob os holofotes da ONU, defende a soberania e ataca qualquer ingerência estrangeira nas eleições. Mas nos bastidores, se reúne com os setores para os quais

decidiu governar. São os mesmos setores burgueses que pediram para que não houvesse retaliação ao tarifaço de Trump, pois está em seu DNA a mais vil subordinação ao imperialismo, da qual se mantém e ainda lucram.

A campanha de Hertz Dias e Vanessa Portugal, do PSTU, viajou pelo país, conversou com os trabalhadores e levou um programa da classe trabalhadora para reverter o retrocesso colonial pelo qual passa o Brasil. No centro desse programa está a necessidade de os trabalhadores tomarem em suas mãos os setores chaves de nossa economia, como o setor financeiro, o grande agronegócio e a mineração. Isso porque a única forma de reindustrializar o país, a fim de atender as necessidades da população, é utilizar as riquezas produzidas aqui para financiar um projeto que garanta uma real soberania e supere nossa subordinação.

Isso significa atacar os interesses daqueles que estão na mesa com Lula. Para eles, interessa que o Brasil seja cada vez mais mero exportador de produtos primários para o mercado internacional. Não querem saber de soberania, mas de dinheiro no bolso. Com isso, o Brasil fica cada vez mais dependente, pobre, e, inclusive, à mercê das ameaças do imperialismo e de seus agentes aqui, o bolsonarismo.

BOLSONARISMO QUER ENTREGAR O BRASIL DE BANDEJA A TRUMP

O projeto do bolsonarismo é declarado: entregar o país de bandeja ao imperialismo norte-americano, como ficou demonstrado na carta do Secretário de Estado de Trump, Marco Rubio, em que "agradece"

o oferecimento de uma equipe de transição direta numa eventual vitória de Flávio Bolsonaro. Um projeto entreguista que vem acompanhado de ataques aos direitos sociais e a completa desregulamentação trabalhista. O bolsonarismo quer voltar ao poder para continuar passando a boiada, destruindo o meio ambiente, atacando os povos originários, mulheres, negros e LGBTI's.

Mesmo atolado em escândalos de corrupção com Daniel Vorcaro e o Banco Master, que a cada dia aparece um novo vôo de jatinho, festas heterodoxas e contratos milionários, a candidatura de Flávio Bolsonaro continua pareada com Lula. E isso ocorre, principalmente, porque o bolsonarismo se mantém na rejeição ao governo. Lula prometeu picanha, entregou inflação, trabalho precário e superexploração. O projeto do PT faliu, tanto que a única coisa que se seguram nesta campanha é o medo da volta da extrema direita. A população olha pra isso e grande parte se pergunta: qual a diferença?

VOTO ÚTIL É NO 16

Se é verdade que Lula e Bolsonaro não são a mesma coisa, é verdade que ambos conduzem o país de maneira diferente ao mesmo caminho: o da degradação social e econômica e de subserviência cada vez maior ao imperialismo. Diante disso, a única saída para a classe trabalhadora é superar esse eterno círculo vicioso, construindo e fortalecendo uma alternativa realmente antissistema, revolucionária e socialista.

Votar 16 nestas eleições não é "jogar o voto fora", mas, ao contrário, cada voto significa fortalecer, dar visibilidade a um programa que coloca a

necessidade da expropriação dos grandes monopólios capitalistas que dominam nossa economia. De estatizar, sob controle dos trabalhadores, as principais empresas, como a Vale, a CSN, a Petrobras 100%, colocando-as a serviço de um projeto de desenvolvimento nacional de acordo com os interesses da classe, e não de meia dúzia de grandes investidores que vivem de embolsar dividendos bilionários. ■

Cada voto no 16 nestas eleições ajuda a disputar a consciência da classe trabalhadora e da população em torno a um projeto de um Brasil soberano e socialista. Vamos virar a mesa do banquete dos poderosos.

ELEIÇÕES 2026

Crise na campanha de Lula, perigo bolsonarista e a armadilha do voto útil

**JÚLIO ANSELMO,
DA REDAÇÃO**

Presidente Lula e o ministro do STF, Nunes Marques. Foto: Valter Campanato, Agência Brasil

Há uma crise na campanha de Lula. As pesquisas eleitorais mostram um cenário indefinido e o clima de favoritismo do PT enfraqueceu. Setores ligados ao petismo atribuem os problemas da campanha à comunicação, ao mau uso das redes, à falta de mobilização ou a uma postura defensiva. Pode existir um grão de verdade nisso tudo. Mas a questão fundamental que possibilitou o avanço do bolsonarismo é muito mais profunda.

A explosão do caso Master e a crise no Supremo Tribunal Federal (STF) atingiram eleitoralmente mais o PT e Lula do que Flávio Bolsonaro, mesmo com o candidato da extrema direita diretamente envolvido em pedido de dinheiro ao banqueiro. Ao mesmo tempo, ministros do STF, o

procurador-geral da República e setores do Legislativo, do Centrão, da direita e até do PT aparecem envolvidos em relações com Vorcaro.

O problema é que Lula e o PT são identificados com Alexandre de Moraes e com a defesa do STF como instituição supostamente salvadora da democracia. Isso não surgiu do nada. Nos últimos anos, o PT endeusou Moraes, terceirizou o combate ao bolsonarismo para o STF e chamou os trabalhadores a confiar nas instituições do regime.

Mesmo agora, diante de uma das maiores crises da história do STF, Lula e o PT seguem sustentando essa instituição. Enquanto isso, o bolsonarismo, mesmo defendendo uma ala do próprio Supremo, consegue aparecer como crítico ao STF.

Essa é uma expressão concreta de um problema mais amplo. Lula e o PT aparecem como aqueles que querem conservar e administrar o sistema, enquanto o bolsonarismo tenta se apresentar como antissistema.

O DESGASTE DO PROJETO DO PT

Como resposta, o governo reajustou o Bolsa Família em 15%. É uma medida importante para os mais pobres, mas insuficiente diante dos problemas estruturais do país. O mesmo vale para a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e para o aumento muito pequeno do salário mínimo.

Essas medidas convivem com o arcabouço fiscal, com privatizações, concessões e leilões de petróleo, além da manutenção de uma Petrobras que paga bilhões em dividendos aos acionistas.

Inclusive, já está anunciado novo ajuste fiscal em 2027. Por isso, essas medidas não conseguem empolgar amplos setores dos trabalhadores.

O governo tenta combinar pequenas concessões distributivas como direcionar o gasto público, benefícios e incentivos fiscais às grandes empresas, com mais abertura do país para o capital estrangeiro, mantendo a política econômica neoliberal. Esse projeto não rompe com a dependência econômica, não reverte a desindustrialização, não garante soberania e não altera a realidade dos trabalhadores que seguem com baixos salários, empregos precários e alto custo de vida.

A crise atual da campanha de Lula é também expressão do desgaste do próprio projeto do PT e de sua incapacidade de atacar a raiz dos problemas do país.

Lula e o PT aparecem como aqueles que querem conservar e administrar o sistema, enquanto o bolsonarismo tenta se apresentar como antissistema

ROMPER COM O IMPERIALISMO

Medidas para derrotar Trump e o bolsonarismo

O projeto bolsonarista precisa ser enfrentado e derrotado. Quer cortar direitos com um tesourinho semelhante ao que Milei fez na Argentina.

Defende aprofundar as privatizações e ampliar a subordinação do Brasil aos Estados Unidos. Flávio Bolsonaro já falou em uma transição tutelada com Trump e Marco Rubio.

Não podemos menosprezar os perigos de Trump e sua ligação com o bolsonarismo, nem as ameaças de agressão contra o país. É necessária ampla unidade de ação caso haja tentativas golpistas, intervenções políticas ou militares, não reconhecimento das eleições ou qualquer manobra autoritária.



*Presidente do Brasil, Lula, e Presidente dos Estados Unidos, Donal Trump.
Fonte: Reprodução*

Mas a vitória eleitoral de Lula, por si só, não impede a ascensão da extrema direita nem o assédio de Trump.

Para enfrentar isso de verdade é necessário discutir medidas concretas. Lula diz defender a soberania nacional, enquanto não tem uma política coerente para enfrentar Trump. Trump exige exclusividade na exploração das terras raras. Lula defende entregar ela não só para os EUA mas

também para China e Europa. Quando na verdade deveríamos ter uma empresa estatal como condição para que esta riqueza natural fosse colocada a serviço do desenvolvimento do país e dos trabalhdaores.

POR UMA SOBERANIA DE VERDADE

Não há soberania entregando as riquezas naturais para empresas de vários países. Ou mesmo deixando uma empresa como a Petrobras subordinada aos interesses dos acionistas privados negociada na bolsa de Nova Iorque. Também é preciso enfrentar a dependência das Forças Armadas em relação aos Estados Unidos e o poder das multinacionais que exploram riquezas no Brasil e remetem seus lucros ao exterior.

Quais medidas o governo brasileiro está adotando diante das ameaças de trump com o caso de classificação das facções como terroristas? Qual será a ação do Brasil caso seja atacado? Qual resposta o governo deu diante do tarifaço? Seguiu negociando com Trump. Seguimos exportando produtos cruciais para a economia dos EUA e não implementamos nenhuma reciprocidade ou retaliação. Seguiremos permitindo que as multinacionais dos EUA venham aqui explorem tudo e mandem seus lucros para seu país?

É necessário estatizar os setores estratégicos, para colocar que o lucro gerado por este setor seja utilizado para reindustrializar o país, rompendo a dependencia do imperialismo e atendendo às necessidades dos trabalhadores. Foi por isso que construímos nesta eleição a candidatura dos trabalhadores contra o sistema, com Hertz Dias e Vanessa Portugal.

DEBATE

O beco sem saída do voto útil em Lula

Diante do atual cenário, o PT responde com a campanha do voto útil. Dizem que votar no PSTU é jogar o voto fora porque não vai ganhar. Defendem que todos votem no PT para supostamente derrotar o bolsonarismo e a extrema direita. Só há um problema: esse filme é repetido.

Em 2022, o argumento era praticamente o mesmo. Era preciso eleger Lula para derrotar Bolsonaro e o autoritarismo. Depois de quatro anos, a extrema direita continua forte. A questão que precisa ser respondida é por quê.

Ao governar com a burguesia e manter intactas as estruturas do sistema, o PT é incapaz de enfrentar as bases sociais que alimentam o bolsonarismo.

Derrotar de fato Trump e o bolsonarismo exige atacar o poder das multinacionais dos Estados Unidos no Brasil, estatizar os setores estratégicos e colocar as riquezas do país a serviço da reindustrialização, da melhoria das condições de vida e dos interesses dos trabalhadores.

O PT faz o contrário disso. Governa em aliança com o Centrão, negocia com as potências imperialistas, atende aos interesses dos grandes grupos econômicos, não enfrenta a cúpula das Forças Armadas e não toma medidas capazes de reverter os problemas estruturais do país.

Por isso, é preciso inverter a pergunta. Quem ajuda a direita, o programa do PSTU ou um governo que mantém as bases econômicas e sociais das quais a extrema direita se alimenta?

Também não estamos diante do primeiro governo do PT, mas do quinto. Nos últimos 40 anos desde a redemocratização, o PT governou o país durante 18 anos.

A lógica de votar sucessivamente no chamado mal menor não impediu o surgimento do mal maior representado pelo bolsonarismo, pelo contrário foi o que levou ao seu fortalecimento.

Mas os petistas respondem a tudo isso dizendo que não há correlação de forças. Então nos respondam: Depois desses últimos 4 anos de governo Lula totalizando 18 na nova república, a esquerda está em melhores ou piores condições? A classe trabalhadora tem maior capacidade de luta, a organização, estão mais mobilizados, a consciência de classe está mais afiada? Ou não é tudo o contrário? O PT ajudou a desmoralizar os trabalhadores, o movimento e o conjunto da esquerda.

Novo etapismo da esquerda brasileira

Uma nova forma do velho etapismo aparece quando se defende que qualquer aliança política ou eleitoral com setores burgueses seria justificável para derrotar Bolsonaro e Trump, deixando para depois as reivindicações dos trabalhadores e a solução dos problemas estruturais do país.

Essa política separa artificialmente duas tarefas que estão ligadas.

A extrema direita não é um acidente eleitoral. É um fenômeno social profundo, que expressa setores da burguesia, da pequena burguesia e também conquista parcelas dos trabalhadores.

Não será possível derrotá-la de forma duradoura apenas administrando o mesmo sistema que produz desigualdade, precarização, dependência e crise social.



Campanha de Lula em Guarulhos com Haddad (PT), Marina Silva (REDE), Simone Tebet (PSB) e Alckmin (PSB). Foto: Ricardo Stuckert

A estratégia de parte da esquerda permanece presa à expectativa de uma volta à uma suposta normalidade sem perigos autoritários do passado, enquanto o capitalismo produz cada vez mais barbárie, polarização, guerra e autoritarismo.

Adiar a independência política da classe trabalhadora à espera de uma correlação de forças supostamente melhor significa, na prática, abandonar a construção dessa alternativa no presente.

A lógica de votar sucessivamente no chamado mal menor não impediu o surgimento do mal maior

NO DIA 4, É 16!

Votar no PSTU é fortalecer um projeto socialista que pode derrotar o bolsonarismo e superar o petismo



Campanha PSTU em São Paulo (SP). Foto: Maísa Mendes

É preciso fortalecer outro projeto político, baseado na independência da classe trabalhadora frente aos diferentes setores da burguesia e em um programa que responda aos problemas estruturais do país.

Esse é o caminho estratégico apresentado pelo PSTU para enfrentar a extrema direita, superar o projeto do PT e responder aos problemas provocados pela decadência capitalista que atingem a vida dos trabalhadores no Brasil e no mundo.

Cada voto no Hertz e no PSTU não é um voto jogado fora. Pelo contrário, é um voto que serve para fortalecer esse projeto que depende do engajamento, do debate e do convencimento dos trabalhadores para virem construir ele conosco. ■

SOBERANIA

Trump, tire suas mãos das eleições brasileiras

Enquanto o bolsonarismo quer entregar o Brasil de bandeja a Trump, projeto do PT é incapaz de enfrentar o imperialismo



Agentes de Trump: Senador cassado Eduardo Bolsonaro, blogueiro Paulo Figueiredo, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, e Flávio Bolsonaro

O imperialismo norte-americano, através de seus monopólios, já controla a maior parte da economia brasileira. E agora, nem mesmo a nossa relativa autonomia política Trump quer deixar. Ele quer escolher diretamente quem vai governar o Brasil, dominar toda a região e se tornar uma espécie de imperador de todo o continente.

Em seu discurso na assembleia anual do conselho da ONU, Donald Trump distribuiu ameaças, em especial à América Latina. Reivindicando a invasão militar da Venezuela, com o sequestro de Maduro e a posterior tomada do petróleo do país com o governo chavista convertido em governo títere, Trump mandou um recado nada sutil aos países da região: “usaremos nosso poderio militar

incomparável para garantir os interesses nacionais vitais dos Estados Unidos".

Horas depois, o conjunto de países organizados no Escudo das Américas, uma aliança de governos de extrema direita regidos sob a orientação direta de Trump, anunciou o apoio à classificação pelo governo norte-americano de organizações criminosas como "terroristas", incluindo o Comando Vermelho e o PCC. Um reforço no discurso hipócrita de Trump que busca abrir brecha para a legitimação de intervenções militares em qualquer país, a exemplo da Venezuela.

INGERÊNCIA NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS

O que aconteceu na reunião da ONU é uma escalada na ameaça de intervenção em países não-alinhados à extrema direita, incluindo aí uma ingerência no processo eleitoral brasileiro. No último dia 19, a colunista da Folha de S. Paulo, Mônica Bergamo, divulgou um relatório da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) alertando as autoridades sobre o perigo da interferência do governo norte-americano nas eleições de 4 de outubro. A agência estaria identificando um aumento nas pressões "política, econômicas e diplomáticas" para influir no resultado das urnas.

A bem da verdade, não é preciso um serviço de inteligência para perceber que Trump está de olho nas eleições brasileiras. Além do sequestro de Maduro, as reiteradas ameaças e o bloqueio a Cuba, a interferência do imperialismo nas recentes eleições na Argentina (em que Trump liberou 20 bilhões de dólares a Milei para ajudá-lo no pleito legislativo), e na Colômbia em favor do

candidato de extrema direita, Abelardo de la Espriella, já davam um indicativo de como os EUA atuariam no maior país da América Latina.

O próprio tarifaço, articulado com a família Bolsonaro, e a série de sanções contra autoridades brasileiras identificadas como contrárias ao bolsonarismo, já configuravam, por si só, uma descarada tentativa de intervenção com fins eleitorais.

Essa movimentação faz parte de uma política do governo norte-americano expressa no documento “Estratégia de Segurança Nacional” que visa transformar a América Latina numa região de estrita influência dos EUA. É a retomada da “Doutrina Monroe”, sintetizada no lema “A América para os americanos”, num contexto de uma dura disputa interimperialista diante da ascendente China enquanto potência capitalista que rivaliza mercados, recursos naturais e influência em todo o planeta.

O que aconteceu na reunião da ONU é uma escalada na ameaça de intervenção em países não-alinhados à extrema direita, incluindo aí uma ingerência no processo eleitoral brasileiro

AMEAÇA EXTERNA E ENTREGUISMO

Num momento em que os EUA anunciam o redirecionamento de drones e todo o tipo de força militar para a América Latina, qualquer cenário de intervenção está aberto. Se, por hoje, não está

colocado um ataque militar direto, é certo que o imperialismo se utilizará de qualquer meio para garantir seus interesses acima da soberania do Brasil. Seja a utilização das big techs e dos algoritmos para favorecer seu candidato, seja o questionamento de um resultado eleitoral que não seja do agrado de Trump.

Alguns fatos reforçam essa atuação. O argentino Fernando Cerimedo, aquele mesmo que se tornou famoso espalhando fake news sobre as urnas eletrônicas em 2022, foi pego na Bolívia com uma fazenda de "bots", robôs que atuam nas redes sociais de forma coordenada, para influir nas campanhas eleitorais em favor da extrema direita no continente.

Cerimedo teria atuado nas últimas eleições da América Latina, assim como na de Jair Bolsonaro em 2022, e se preparava para fazer o mesmo agora. Além disso, o jornalista Guilherme Amado revelou que o empresário Pedro Sang, representante da Rockbridge Network (uma articulação de extrema direita ligada a Trump e fundada pelo vice-presidente J.D Vance), montou o comitê de campanha de Flávio Bolsonaro no Brasil.

A extrema direita brasileira, financiada pelo dinheiro de Vorcaro e assessorada por Trump, já ofereceu uma "equipe de transição" direto com a Casa Branca com uma vitória de Flávio Bolsonaro, mostrando como o discurso nacionalista não passa de hipocrisia na boca dessa corja de lambe-botas do imperialismo norte-americano.

FORA TRUMP DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA

Tudo mostra que Trump agiu, age e agirá para interferir nas eleições de 4 de outubro em favor de Flávio Bolsonaro, colocando o Brasil na rota dos países alinhados à extrema direita. A distância da linha que cruzará, porém, está no momento indefinida, pois não depende só da sua vontade. Outros vetores, como os interesses de setores da própria burguesia imperialista, uma crise interna diante das mobilizações do povo norte-americano e o próprio desgaste de Trump às vésperas das eleições legislativas, ou uma instabilidade que uma ruptura institucional no Brasil traria, estão colocados.

Fato é que não dá para jogar com a sorte, ou com os interesses do imperialismo, e deixar nas mãos de Trump a definição de quem governará o Brasil. Uma intervenção imperialista, seja de qual tipo for, representa uma grave ameaça aos trabalhadores, e, caso concretizada, precisa ser respondida com luta e mobilização, em unidade de ação com todos os setores contra a entrega do Brasil aos EUA.

Uma intervenção imperialista, seja de qual tipo for, representa uma grave ameaça aos trabalhadores, e precisa ser respondida com a mais ampla unidade de ação

Lula prega soberania, mas não combate o imperialismo

No discurso realizado na assembleia da ONU, o presidente Lula foi enfático na defesa da soberania: "O Brasil não cabe no quintal de ninguém". Porém, mais uma vez, o discurso de Lula passa ao largo de suas ações concretas.

No caso do tarifaço, o governo, atendendo aos pedidos do agronegócio e da indústria nacional, atavicamente atados ao imperialismo, sequer adotou qualquer retaliação contra os EUA. A fala escandalosa do próprio ministro da Defesa, José Múcio, em que, diante de uma hipotética invasão militar, "a gente terá que abrir o portão", foi simplesmente ignorada pelo governo brasileiro.

A realidade é que o Brasil está completamente à mercê da ameaça do imperialismo norte-americano. Se por um lado, a ultradireita tem um projeto descaradamente entreguista, convertendo o Brasil num protetorado dos EUA, por outro o governo Lula não tem qualquer política de enfrentar o imperialismo.

O que difere a extrema direita do governo Lula é que o projeto do PT não é o de se contrapor frontalmente aos EUA, mas conciliar diferentes interesses imperialistas. Lula quer a liberdade para negociar, e continuar entregando o país e seus recursos, principalmente as terras raras, também ao imperialismo chinês ou europeu. Isso, por hoje, contraria Trump, que não abre mão da exclusividade do acesso aos minerais críticos, no marco de sua disputa interimperialista com o ascendente imperialismo chinês na região.

Para a classe trabalhadora e a maioria do povo, não difere tanto ter seus recursos explorados e roubados pelo imperialismo norte-americano, chinês ou europeu. Que, na prática, é o que ocorre hoje inclusive. No entanto, uma ameaça de ingerência direta imperialista não pode ser subestimada, e a política do governo Lula deixa o país vulnerável a isso.



Lula se reuniu com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em Kuala Lumpur, na Malásia, em outubro de 2025. Foto: Ricardo Stuckert/PR

Para enfrentar a ameaça de Trump é preciso atacar os monopólios capitalistas

A vulnerabilidade política, e até militar, do Brasil está intimamente ligada à subordinação econômica do país frente ao imperialismo, hoje principalmente os EUA. O bolsonarismo quer entregar o país de vez a Trump, mas a política levada a cabo pelo governo Lula representa o avanço no processo de recolonização, e da perda da nossa soberania.

Alguns setores defendem a unidade eleitoral em torno de Lula contra a ameaça imperialista. Mas é preciso questionar: Trump vai ligar para qualquer resultado eleitoral se decidir intervir no Brasil? Se não interferir agora, o país, com esse projeto do governo do PT, vai continuar à mercê da ameaça dos EUA em conluio com a extrema direita. Por isso, a saída para uma ação direta do imperialismo é a mais ampla unidade de ação nas ruas, enquanto que, para os trabalhadores, está colocada a tarefa de construir uma alternativa realmente antiimperialista, que questione a fundo o problema de nossa soberania.

CONTRA A AMEAÇA IMPERIALISTA, UM BRASIL SOBERANO E SOCIALISTA

É impossível enfrentar a ameaça trumpista sem atacar as bases em que se dão essa subordinação: o controle dos grandes monopólios capitalistas estrangeiros sobre os setores chaves da nossa economia. Do grande agronegócio, passando pela indústria, até nossa soberania digital. Por isso que o projeto do PT é incapaz de se contrapor, de forma coerente e até às últimas consequências, com a ofensiva de Trump e dos EUA.

Para isso é necessário expropriar os grandes monopólios estrangeiros que ditam a dinâmica da nossa economia: exploram recursos e mão-de-obra aqui, e remetem seus lucros para fora. Para eles não há interesse em reindustrializar o Brasil, nem que a população tenha salário decente ou direitos sociais mínimos. Pelo contrário, já que não dependem essencialmente de um mercado interno, quanto pior para o povo, melhor para eles.

Um Brasil realmente soberano e independente passa pela necessidade da classe trabalhadora tomar em suas mãos as rédeas das nossas riquezas, tomando o controle dos setores chaves da economia, reindustrializando o país em favor dos interesses da população, rompendo com o imperialismo e a subordinação. Inclusive, desenvolvendo uma forte indústria bélica para dissuadir ou enfrentar qualquer ameaça de ingerência. Soberania, assim, está indissociada de um profundo processo de transformação social em que a classe trabalhadora organizada, junto aos setores mais oprimidos e explorados, controlem e dirijam as riquezas que ela mesma produz, desenvolvendo o Brasil e transformando profundamente as condições sociais da maioria da população.

Se não há dúvidas de que uma intervenção imperialista deva ser combatida com a mais ampla unidade nas lutas, a disjuntiva colocada nestas eleições não passa por uma alternativa mais ou menos entreguista. Ambas não alteram a subserviência do Brasil e sua vulnerabilidade frente ao imperialismo. A tarefa colocada para os trabalhadores é a de fortalecer um projeto realmente antissistema, contra o imperialismo e em defesa de um Brasil soberano e socialista.

É a esse projeto que a candidatura Hertz Dias e Vanessa Portugal está a serviço. ■

Nestas eleições, a opção colocada aos trabalhadores não pode ser a de uma alternativa mais ou menos entreguista

ESCÂNDALO MASTER

Quando o STF acusa o próprio STF de fazer política

A sessão que terminou em acusações entre ministros deu um novo salto na crise do Supremo. A guerra entre Moraes e Mendonça expõe não apenas interesses políticos e eleitorais, mas a falsa neutralidade de uma instituição central do Estado capitalista



JOANA SALAY,
DE SÃO PAULO (SP)



Ministros André Mendonça e Alexandre de Moraes. Foto: Alejandro Zambrana/STF

A crise do Supremo Tribunal Federal (STF) deu um salto na sessão do último dia 15. O que deveria ser uma discussão sobre a abertura de investigação contra Alexandre de Moraes, a partir das mensagens encontradas no celular de Daniel Vorcaro, terminou com ministros acusando uns aos outros de parcialidade, interesses políticos, seletividade e interferência eleitoral.

A sessão havia sido convocada por Edson Fachin numa tentativa de retomar o controle da situação. Nos dias anteriores, o presidente do STF puxou para si decisões que alimentavam a guerra entre ministros, determinou a abertura do sigilo dos casos e levou rapidamente ao plenário a

discussão sobre a investigação de Moraes. Não funcionou. Depois de um dia inteiro de sessão, o Supremo sequer chegou ao mérito.

Todo o tempo foi consumido pela discussão sobre se os casos envolvendo Moraes e André Mendonça deveriam tramitar juntos. A votação terminou empatada em 4 a 4 e, antes de uma conclusão, Flávio Dino pediu vista, ficando assim 4 a 3 para manter a análise separada dos casos. A decisão pode agora ser adiada por até 90 dias. Uma sessão convocada para tentar conter a crise terminou prolongando-a.

E acrescentou um elemento novo àquilo que já discutimos no Opinião Socialista. O caso Master havia exposto as relações de Daniel Vorcaro com o andar de cima da República e colocado sob suspeita ministros de diferentes alas do Supremo. Agora foram os próprios integrantes da Corte que passaram a questionar publicamente a imparcialidade de seus colegas.

Gilmar Mendes acusou Mendonça de conduzir o caso com "inequívoco viés político-eleitoral" e chegou a chamá-lo de "boneco eleitoral". Moraes também acusou o ministro de atuar politicamente. Mendonça negou as acusações e reagiu dizendo que estava sendo atacado por cumprir seu papel. A discussão descambou para acusações de mentira e questionamentos sobre a conduta dos próprios ministros.

A sessão que deveria começar a resolver o problema terminou mostrando a impossibilidade do próprio STF para decidir quem tem condições de investigar quem.

MENDONÇA NÃO INOCENTA MORAES. MORAES NÃO INOCENTA MENDONÇA

Há um interesse político da extrema direita na crise de Moraes. O bolsonarismo procura utilizar as denúncias do caso Master para atacar os processos relacionados à tentativa de golpe, apresentar seus responsáveis como vítimas de perseguição e atingir Lula em plena campanha eleitoral.

A posição ocupada por André Mendonça torna a situação particularmente grave. Indicado ao STF por Bolsonaro, ele é hoje vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), responsável pelas eleições de 2026, e exerce neste ano função na análise de representações eleitorais e pedidos de direito de resposta.

É nesse contexto que devem ser consideradas as acusações feitas contra ele pelos demais ministros. Não faz sentido tratar como puramente técnica uma disputa sobre investigações capazes de produzir efeitos políticos em plena eleição.

Isso não inocenta Moraes nem diminui a gravidade das relações reveladas pelo caso Master, tampouco libera Lula de pagar pelo erro político de ter imputado à Moraes e ao STF o título de defensor da democracia. A novidade é que a seletividade que já se notava deixou de ser apenas uma acusação nossa: agora cada ala do STF acusa a outra de praticá-la.

NÃO FOI A NEUTRALIDADE QUE ACABOU

O jornal O Estado de S. Paulo lamentou recentemente que o Supremo tenha perdido credibilidade e deixado de ser reconhecido como

um árbitro imparcial das disputas institucionais. A sessão do dia 15 tornou muito difícil sustentar essa imagem. Mas o que está ruindo não é a sua neutralidade, mas sim, a sua aparência, condição importante para que o Judiciário exerça seu papel no regime democrático burguês.

No capitalismo, o Judiciário precisa se apresentar como um poder separado dos conflitos políticos e sociais. Um parlamentar pode assumir que representa determinados interesses e um governo pode dizer abertamente qual programa pretende executar. A autoridade de um tribunal funciona de outra maneira. Suas decisões aparecem como resultado da aplicação técnica de leis que valeriam igualmente para todos.



Lula em abertura do ano judiciário Foto Marcelo Camargo /Agência Brasil

Só que a lei não existe fora das relações sociais. Ela organiza uma sociedade baseada na propriedade privada dos grandes meios de produção e numa profunda desigualdade entre as classes. O Judiciário é uma das instituições que garantem essa ordem.

Isso não significa que cada ministro seja funcionário particular de algum banqueiro, nem que exista uma burguesia homogênea dando ordens ao STF. Pelo contrário. As crises econômicas e políticas acentuam as divisões entre os de cima, reorganizam alianças e abrem disputas que atravessam também as instituições do Estado. A atual crise do STF precisa ser entendida assim. Há interesses econômicos distintos, projetos políticos em disputa e uma eleição em curso.

NINGUÉM CONSEGUIE JULGAR NINGUÉM

Talvez esse tenha sido o resultado mais revelador da sessão do dia 15: não houve resultado.

A Corte se reuniu para decidir se um de seus próprios integrantes deveria ser investigado e terminou discutindo se o ministro responsável pelo caso também deveria estar sob suspeita. Nunes Marques declarou-se impedido. Moraes participou da sessão e votou numa discussão que dizia respeito à investigação contra ele. Mendonça virou alvo dos demais ministros. Fachin tentou estabelecer um rito capaz de tirar o STF da crise e não conseguiu. Dino pediu vista e empurrou a decisão para frente.

E os episódios posteriores só ampliaram o problema. No dia 21, Moraes teve de se declarar impedido em outro processo que caiu em suas mãos por sorteio. A ação pede acesso aos registros de entrada no Senado de sua própria esposa, Viviane Barci, além de Daniel Vorcaro e outras pessoas. Enquanto isso, novas revelações continuam aparecendo. Um vídeo divulgado depois da sessão registrou Moraes e sua esposa

desembarcando, em agosto de 2025, de uma aeronave ligada a Vorcaro.

E não para no Supremo. As mensagens encontradas no celular de Vorcaro também chegaram ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, levando integrantes do Conselho Superior do Ministério Público Federal a discutir sua imparcialidade na condução do caso Master.



Ministros do STF. Foto: Alejandro Zambrana/STF

O problema, portanto, já ultrapassa uma disputa entre Moraes e Mendonça. A cada nova revelação aparece mais uma autoridade inapta a julgar, investigar ou fiscalizar. pergunta que fica é: quem, dentro dessa estrutura, está em condições de julgar quem?

Quem, dentro dessa estrutura, está em condições de julgar quem?

SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES
Uma Justiça de classe

A resposta não está em procurar o ministro “certo” para arbitrar a disputa. Enquanto o Judiciário continuar organizado como um poder separado da

população, ocupado por uma casta que não é eleita, não pode ser revogada e concentra enormes privilégios e poderes, crises como essa continuarão sendo decididas entre os próprios integrantes do andar de cima.

Uma Justiça dos trabalhadores teria de partir de outra lógica: juízes eleitos e revogáveis, fim dos privilégios da magistratura e ampliação do júri popular, inclusive para crimes e casos de grande interesse social, garantindo a participação direta dos trabalhadores no julgamento daqueles que hoje concentram poder econômico e político.

Não se trata de procurar uma forma perfeita de produzir um árbitro neutro entre as classes. Essa neutralidade não existe. Trata-se de retirar esse poder de uma casta ligada à burguesia que não responde ao povo e colocá-lo sob controle dos trabalhadores.

Uma Justiça dos trabalhadores teria de partir de outra lógica: juízes eleitos e revogáveis, fim dos privilégios da magistratura e ampliação do júri popular, inclusive para crimes e casos de grande interesse social, garantindo a participação direta dos trabalhadores no julgamento daqueles que hoje concentram poder econômico e político.

Não se trata de procurar uma forma perfeita de produzir um árbitro neutro entre as classes. Essa neutralidade não existe. Trata-se de retirar esse poder de uma casta ligada à burguesia que não responde ao povo e colocá-lo sob controle dos trabalhadores. ■

SOBERANIA

Em defesa da soberania nacional: contra o leilão de petróleo!

Governo Lula prepara rodada recorde de leilões para o dia 7 de outubro



Manifestação contra o leilão de petróleo pela ANP. Foto: FNP

No final de seu terceiro mandato, o governo Lula prepara um leilão de dimensões recordes. No dia 7 de outubro, a Agência Nacional do Petróleo (ANP), pretende oferecer áreas para empresas explorarem petróleo. No modelo de concessão, serão 313 blocos, organizados em 22 setores, além de cinco áreas menores onde já há sinais de petróleo. No modelo de partilha, serão oferecidos outros 13 blocos nas bacias de Campos e Santos.

O edital chegou a listar 495 blocos, mas, depois que as empresas indicaram quais áreas queriam disputar, foram definidos 326 blocos para esta rodada: 313 na concessão e 13 na partilha. As cinco áreas menores são contadas à parte. As 86 áreas da chamada Margem Equatorial, próximas às bacias da Foz do Amazonas, Pará-Maranhão e Barreirinha, não entrarão neste leilão. A ANP, porém, já indicou que elas poderão ser oferecidas em rodadas futuras, a partir de 2027.

A pergunta não é apenas quantas áreas serão leiloadas. É quem decide o destino de uma riqueza estratégica, quem controla sua exploração e a quem devem servir os benefícios gerados por ela. Petróleo não é um produto qualquer: influencia a economia, a política energética, a capacidade de planejamento do país e o futuro das próximas gerações. Por isso, não pode ser tratado como simples oportunidade de negócio para empresas interessadas em maximizar seus lucros.

PETRÓLEO E SOBERANIA NACIONAL

O Brasil precisa discutir democraticamente o uso de suas reservas. O petróleo pode financiar saúde, educação, moradia, ciência e tecnologia, além de empregos de qualidade e uma transição energética planejada. Mas isso exige controle público efetivo e decisões orientadas pelas necessidades da maioria da população, não pela rentabilidade esperada por investidores. Leiloar áreas para exploração privada, sem subordinar claramente esse processo a um projeto de soberania do país, significa entregar decisões fundamentais à lógica do mercado.

É importante distinguir os regimes envolvidos. Na partilha, aplicada às áreas do pré-sal, a União recebe uma parcela do óleo excedente, depois do pagamento dos custos previstos. Na concessão, a empresa vencedora fica com o petróleo e o gás que encontrar, pagando bônus, royalties e, em determinadas situações, participação especial. As regras são diferentes, mas a existência de receitas públicas não elimina as questões centrais: quem controla a produção, como se define o ritmo de extração, para onde vai a maior parte dos ganhos e que poder terão as empresas sobre uma riqueza que pertence ao país?

Petróleo não é um produto qualquer: influencia a economia, a política energética, a capacidade de planejamento do país e o futuro das próximas gerações

RAPINA IMPERIALISTA

A ofensiva de Trump e os interesses estrangeiros

A disputa pelo petróleo acontece num cenário internacional marcado pela pressão das grandes potências. O governo de Donald Trump tem adotado uma política agressiva para defender os interesses dos Estados Unidos, e a soberania brasileira não pode ser tratada como detalhe diante dessa ofensiva. Nesse contexto, abrir ainda mais áreas estratégicas à exploração privada não

fortalece a capacidade do país de decidir seu próprio caminho. Ao contrário: amplia o espaço para que interesses empresariais e disputas geopolíticas pesem sobre escolhas que deveriam ser feitas aqui, através de participação popular.



Plataforma de petróleo da Petrobras. Foto: Divulgação

Defender a soberania, porém, não significa trocar a dependência de uma potência pela dependência de outra. Significa que a política energética brasileira deve estar a serviço de um projeto da classe trabalhadora, e não às exigências de Washington nem aos interesses de qualquer potência ou grupo empresarial. A soberania nacional tem consequências concretas para a vida dos trabalhadores: diz respeito a quem controla as riquezas, decide como elas serão exploradas e se seus resultados servirão ao bem-estar coletivo ou à acumulação privada.

FLÁVIO BOLSONARO E O ENTREGUISMO DA EXTREMA DIREITA

A atuação de Flávio Bolsonaro e da extrema direita expõe uma contradição. O bolsonarismo veste a bandeira nacional quando lhe convém, mas não

pode se apresentar como defensor da soberania enquanto busca alinhamento com Trump e com os interesses políticos dos Estados Unidos. A viagem de Flávio Bolsonaro a Washington e a busca de apoio e interferência de Trump na política brasileira revelam uma postura incompatível com a defesa da soberania do país.

Pedir que uma potência estrangeira intervenha nos assuntos do Brasil é o oposto de defender a soberania. A extrema direita que se coloca a serviço de Trump não defende o trabalhador brasileiro nem o controle popular das riquezas do país. Seu nacionalismo é seletivo: serve para atacar adversários, mas desaparece quando seus líderes procuram respaldo político no exterior e se alinham a um projeto de subordinação. São verdadeiros capachos!

O petróleo brasileiro não pode ser moeda de troca para esse alinhamento, nem prêmio oferecido a empresas privadas em nome de uma suposta eficiência que deixa o interesse dos trabalhadores em segundo plano.

ENTREGUISMO

A responsabilidade do governo Lula

No entanto, verdades precisam ser ditas, a responsabilidade pelo leilão não é da extrema direita. O governo Lula precisa responder por colocar essas áreas em disputa. Não basta invocar soberania diante das ameaças externas enquanto se mantém uma política que amplia a oferta de áreas estratégicas como o petróleo e as terras raras para exploração privada. Há uma

contradição entre defender, no discurso, os interesses nacionais e, na prática, permitir que empresas decidam como explorar uma riqueza estratégica, dentro de regras que não asseguram por si só que seus benefícios atendam às necessidades da maioria da população.

Isso não significa ignorar as diferenças entre os projetos políticos ou os regimes de exploração. Significa cobrar coerência do governo: se o petróleo é estratégico, por que submetê-lo a leilões? Se a prioridade é o povo brasileiro, como garantir que a população tenha controle real sobre a produção e sobre o destino dos recursos? E, se a transição energética é urgente, como impedir que a expansão da exploração sirva apenas para prolongar a dependência dos combustíveis fósseis e aumentar os lucros privados?

PETROBRÁS 100% ESTATAL

Suspender o leilão e mobilizar em defesa do petróleo

É necessário suspender o leilão e abrir um debate público sobre o destino das reservas e das receitas, a proteção ambiental e as formas de financiar serviços públicos, empregos e uma transição energética justa. Também é preciso fortalecer o controle público sobre o petróleo, com a Petrobras 100% estatal sob controle dos trabalhadores, uma proposta defendida por organizações sindicais e movimentos sociais.

Entidades sindicais e movimentos sociais estão construindo uma manifestação para o dia 7 de outubro, em oposição ao leilão do petróleo e em

defesa da soberania nacional. O Sindipetro-RJ, a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), o Instituto Arayara e a CSP-Conlutas estão entre as organizações que impulsionam essa mobilização, chamando trabalhadores e a população a se posicionarem contra a entrega de riquezas estratégicas do país.

O petróleo brasileiro deve servir às necessidades do povo, não aos lucros privados nem à disputa entre potências. Contra a ingerência de Trump, contra o alinhamento entreguista da extrema direita bolsonarista e contra os leilões realizados pelo governo Lula, é preciso defender que essa riqueza estratégica seja controlada democraticamente e colocada a serviço da maioria. Soberania não é apenas uma palavra: é o direito de decidir, no Brasil e em benefício de sua população, o destino das riquezas do país. ■

Entidades sindicais e movimentos sociais estão construindo uma manifestação para o dia 7 de outubro, em oposição ao leilão do petróleo e em defesa da soberania nacional

CRIME ORGANIZADO

Prisão de aliado de Tarcísio revela mais conexões políticas do PCC



ISRAEL LUZ,
DE SÃO PAULO (SP)



Governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), prefeito Ricardo Nunes (MDB) e Milton Leite (União Brasil): parceria enorme. Crédito: Edson Lopes Jr Secom/Prefeitura de São Paulo

A Operação Vectura Corrupta levou à prisão do ex-vereador Milton Leite (União Brasil) em Mogi das Cruzes (SP), no dia 18 de setembro, revelando mais uma face da influência do Primeiro Comando da Capital (PCC) na economia e na política de São Paulo. Também foi preso o candidato a deputado estadual Danilo Morgado (PL) e há mais 16 investigados.

MILTON LEITE E TARCÍSIO: “PARCERIA ENORME”

Milton Leite foi vereador por 27 anos, de 1997 a 2024, e presidente da Câmara dos Vereadores de

São Paulo por longos períodos. Acumulou tanto poder que chegou a ser visto como o verdadeiro prefeito da capital, especialmente na gestão do completamente sem graça Ricardo Nunes (MDB). Já apoiou Marta Suplicy (na época no PT), Bruno Covas e João Dória (PSDB) e hoje está com Tarcísio de Freitas (Republicanos).

As investigações apontam Leite como o “dono de fato” da Transwolff, uma das empresas de ônibus da capital através das quais o PCC lavaria dinheiro do tráfico de drogas. Em função disso, desde abril de 2024 a Prefeitura decretou intervenção nela e a SPTrans passou a gerenciá-la. Pelos veículos da companhia, passam cerca de 500 mil passageiros por dia, centralmente nas zonas sul e leste da capital.

A relação do político com empresas de ônibus vem do começo dos anos 2000. Naquele período, a então prefeita Marta reorganizou o sistema de transporte público e Leite atuou fortemente a favor dos interesses dos perueiros, donos de transportes informais, que se juntaram em cooperativas para assumir fatias do novo sistema, especialmente nas periferias. A Transwolff nasce, inclusive, de uma dessas associações.



Milton Leite. Foto: Afonso Braga/Câmara Municipal de SP

Atualmente, “Miltão” e seus filhos, os deputados Milton Leite Junior e Alexandre Leite, atuavam na campanha à reeleição de Tarcísio. Como revelou o portal Metrôpoles, o governador declarou em evento na zona sul no final de agosto: *“Assim que nós chegamos em São Paulo, nós fomos abraçados por eles, uma parceria enorme, e o tempo todo eu vi a preocupação com as pessoas. Gente que gosta da gente, gente que gosta de vocês”*, reafirmando um carinho especial por famílias com ligações suspeitas.

DA PRIVATIZAÇÃO DA CMTC À MÁFIA DOS TRANSPORTES

Há um fio que liga o quadro atual à privatização dos serviços de transportes. O transporte clandestino ganhou espaço crescente, especialmente nas periferias, após a privatização da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC).

"Houve uma grande crise de transporte naquela década. O setor clandestino ganhou muita força, gerando interesse dos membros da facção [PCC] que estava crescendo", contou à reportagem da Folha de S. Paulo o promotor Lincoln Gakiya, do Ministério Público de São Paulo.

Hoje, segundo a investigação do MP, 12 das 22 empresas de ônibus de São Paulo seriam controladas pelo PCC. Isso corresponde a nada menos que 72,9 milhões ou 41% dos passageiros transportados por mês.

A facção colocaria no comando das companhias “laranjas” para obedecer ordens de chefes da

organização. Sob essa fachada se dariam vários negócios ilícitos. O volume de recursos correntes, a proximidade com autoridades e a relativamente baixa necessidade de investimento seriam fatores atrativos para lavagem de dinheiro no setor. Mas as implicações disso vão além do mero poder econômico.

“Quando uma organização criminosa passa a controlar transportes, ela não está simplesmente abrindo mais uma frente de negócios. Está construindo uma infraestrutura de poder em parceria com segmentos do Estado: controla a circulação, amplia mercados, regula territórios, interfere na vida cotidiana e acumula capacidade de negociação econômica e política”, escreve a

Outras autoridades paulistas suspeitas de envolvimento com o PCC



José Augusto Coutinho, comandante-geral da PM de Tarcísio até abril, e mais dois altos oficiais, foram citados em áudios e planilhas financeiras do PCC.



Cezinha de Madureira (PL), deputado federal foi alvo de operação da Polícia Federal em 14 de setembro em investigação sobre crimes como tráfico de influência e corrupção. Seu apelido vem da forte ligação à cúpula da Assembleia de Deus Ministério de Madureira. Emprega em seu gabinete um ex-PM expulso da corporação após investigação aponta-lo como mandante do assassinato de um cabo que fez um dossiê sobre sua ligação com o PCC.



Senival de Moura (PT), vereador preso em junho deste ano, por suspeita de fazer parte de um esquema de lavagem de dinheiro do PCC envolvendo uma empresa de ônibus. Está em liberdade atualmente, mas continua sendo alvo de investigações.



Levi de Oliveira, ex-presidente da SPTrans, empresa municipal responsável por gerenciar, planejar e fiscalizar o sistema de transporte público coletivo por ônibus na cidade de São Paulo.

UMA ENGRENAGEM CAPITALISTA

O sistema é pilantra

O episódio atual faz parte de um quadro mais amplo. A profunda relação do PCC com políticos, policiais de vários níveis hierárquicos e empresários, vem ficando mais nítida. Enquanto as autoridades mantêm publicamente um discurso linha dura contra o crime organizado, seus representantes vão se multiplicando dentro do Estado e da “economia legal”, não tão distinta, afinal, da ilegal.

Uma face é a detalhada pela Operação Carbono Oculto, coordenada pela Polícia Federal, Receita Federal e GAECO/MPSP em 2025. Ali ficou demonstrado como o dinheiro sujo do PCC se dilui na em investimentos em postos de combustíveis Brasil afora, fintechs na “Farinha” Lima, portos, padarias chiques no centro de São Paulo.

Esse capital “batizado” se mistura à circulação geral e faz girar a roda do sistema todo. Isso apesar dos discursos raivosos da FIESP em apelos ridículos por mais dureza no combate ao crime. É que o capitalista *“é um homem prático, que nem sempre sabe o que diz [...] fora de seu negócio, mas sabe muito bem o que faz dentro dele”*.

A outra face é o braço político do qual Milton Leite parece ser um dos maiores representantes. Exemplos como esse ajudam a explicar a amplitude do poder do PCC, possivelmente inalcançável sem a ajuda dos políticos burgueses. Juntemos as duas pontas agora.

Quando chamamos o PCC de empresa capitalista do crime é justamente porque seu desenvolvimento tem total conexão com a propriedade privada capitalista. Empresários “legítimos” e “criminosos”, junto de seus representantes políticos, têm interesse em fazer do nosso direito de ir e vir uma mercadoria pela qual usamos um serviço ruim e que, ainda assim, dá muito lucro e poder para um punhado de pilantras.

Precisamos articular maneiras de mudar esse jogo. Não existe ainda um meio nítido para isso. Mas é um ótimo ponto de partida colocar a necessidade do controle estatal do sistema de transporte de forma democrática, ou seja, com base no poder do povo trabalhador.

Quando descobrirmos como fazer para chegar lá, de uma vez só tiraremos as forças do crime organizado e dos governantes privatistas. ■

VITÓRIA

Operários e operárias da construção civil de Belém conquistam avanços e encerram greve após quatro dias de luta

 **ROBERTO AGUIAR,**
DIRETO DE BELÉM (PA)



Assembleia da construção civil encerra greve em Belém

Os operários e operárias da construção civil de Belém aprovaram, em assembleia realizada na última terça-feira (22), a proposta apresentada pela patronal e decidiram encerrar a greve iniciada no dia 17. Foram quatro dias de paralisação, com obras paradas, atos e passeatas pelas ruas da capital paraense, demonstrando a força da mobilização da categoria organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém (STICMB), entidade filiada à CSP-Conlutas.

A greve foi resultado da insatisfação dos trabalhadores com a proposta inicial dos empresários, que ofereciam apenas a reposição da inflação, sem aumento real. A categoria rejeitou a proposta patronal e decidiu partir para a luta, organizando assembleias, paralisações e

mobilizações que ampliaram a pressão sobre os patrões.

A mobilização garantiu conquistas importantes. O acordo aprovado prevê reajuste salarial de 5,5%, sendo 4,1% referentes à inflação e 1,4% de aumento real; 5,5% de reajuste nas duas parcelas da PLR (Participação nos Lucros e Resultados); cesta básica de R\$ 200; retorno do pagamento dos salários para o dia 30 de cada mês; manutenção de todas as cláusulas sociais; além da criação de um grupo de negociação para discutir as pautas específicas das mulheres trabalhadoras da categoria.

Para Ailson Cunha, coordenador-geral do STICMB, o resultado demonstra a força da organização coletiva e da unidade da categoria em torno do sindicato: “Essa campanha mostrou a força que a categoria tem quando se organiza. A gente foi para as assembleias, foi para a rua, fez plenária e, quando a patronal não respondeu, decidimos continuar a greve. O Sindicato esteve junto o tempo todo, e foi essa unidade que fez a patronal avançar na proposta”.

Segundo Ailson, as conquistas obtidas são fruto direto da disposição de luta dos trabalhadores e trabalhadoras da construção civil.

A campanha salarial também contou com a participação ativa da CSP-Conlutas. O diretor do Sindicato e integrante da Secretaria Executiva Nacional da Central, Atnágoras Lopes, destacou durante todo o processo a importância da mobilização independente da categoria para enfrentar a intransigência patronal. Ao longo da campanha, defendeu a necessidade de organizar a

luta e utilizar todos os instrumentos de pressão para garantir avanços nas negociações.

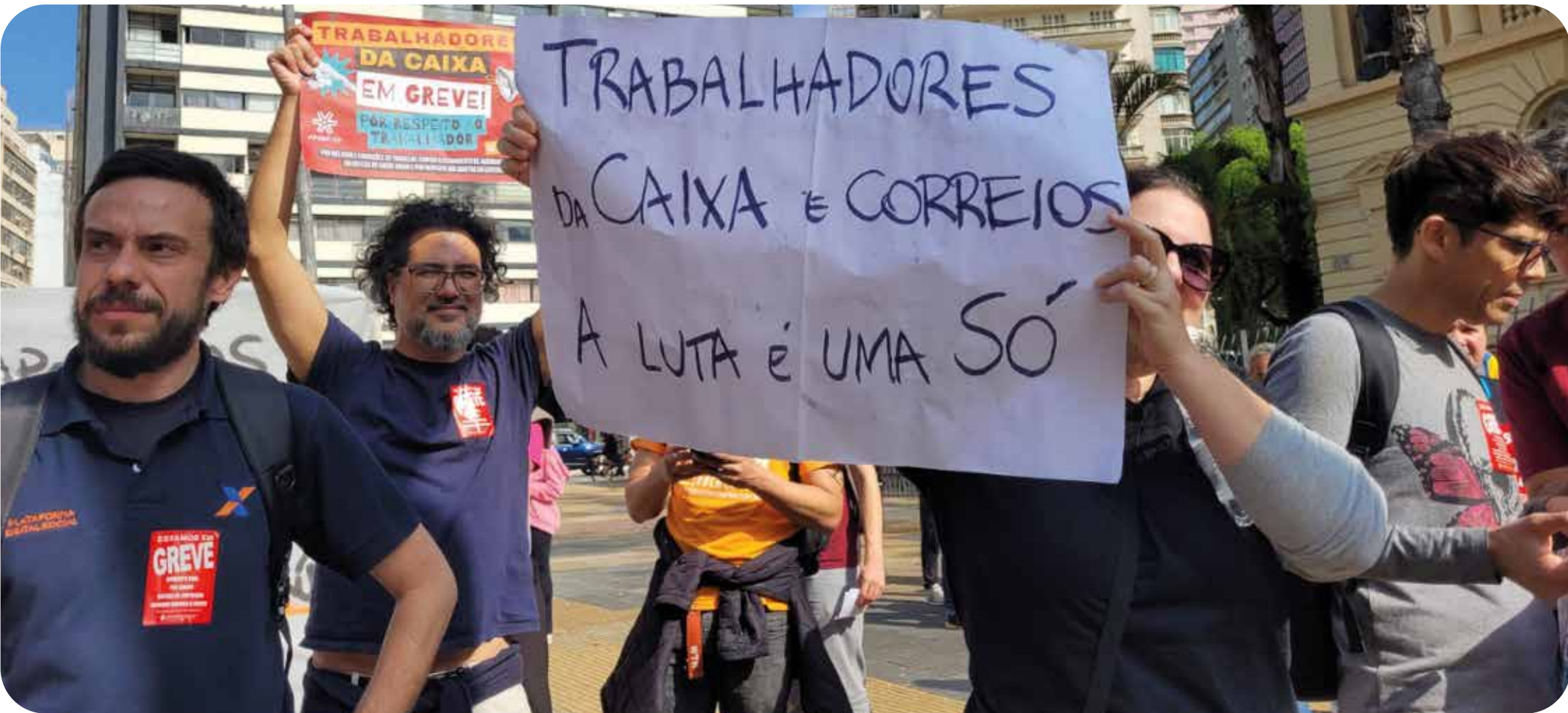
A greve contou ainda com a solidariedade e o apoio do PSTU. Estiveram presentes nas atividades Well Macêdo, candidata do partido ao governo do Pará, e Seu Aléx, candidato a vice-governador e operário da construção civil. Ambos participaram das mobilizações ao lado da categoria, reforçando a defesa das reivindicações dos trabalhadores e a necessidade de fortalecer as lutas da classe trabalhadora contra a exploração patronal.

A greve da construção civil de Belém demonstra que a organização nos locais de trabalho, a unidade da categoria e a mobilização nas ruas continuam sendo instrumentos fundamentais para enfrentar os patrões e conquistar direitos. Após quatro dias de paralisação, os trabalhadores arrancaram avanços que não estavam na proposta inicial da patronal e mostraram, mais uma vez, a tradição de luta dos operários da construção civil paraense. ■

A greve da construção civil em Belém reafirma a força política da classe trabalhadora.

UNIFICAR AS LUTAS

Greves da Caixa e dos Correios mostram a força da luta contra os ataques aos direitos



Greves da Caixa e dos Correios mostram a força da luta contra os ataques aos direitos. Foto: CSP-Conlutas

As greves nacionais dos trabalhadores da Caixa Econômica Federal e dos Correios chegam a quase duas semanas de duração e se consolidam como as mais importantes mobilizações da classe trabalhadora brasileira neste momento. Iniciadas em 10 de setembro, as paralisações expressam a insatisfação acumulada diante dos ataques aos direitos, da precarização das condições de trabalho e da tentativa de transferir para os trabalhadores os custos da crise das empresas públicas.

Embora pertençam a categorias diferentes, as duas greves possuem um eixo comum. Tanto bancários da Caixa quanto ecetistas estão enfrentando ataques aos seus planos de saúde, uma das principais conquistas históricas dessas categorias. Nos Correios, os trabalhadores denunciam medidas que podem reduzir a participação da empresa no

custeio do benefício. Na Caixa, a categoria se mobiliza contra mudanças no Saúde Caixa, que ampliam os custos para trabalhadores, aposentados e seus dependentes.

A força das mobilizações obrigou as direções das empresas a apresentar propostas e negociar. No entanto, as categorias avaliaram que as ofertas permanecem insuficientes. Na última segunda-feira (21), os bancários da Caixa rejeitaram a proposta apresentada pela direção do banco e decidiram manter a greve por tempo indeterminado. Em várias capitais, a rejeição foi expressiva, demonstrando que a base segue disposta a lutar.

Nos Correios, além da intransigência da direção da empresa, os trabalhadores enfrentam a tentativa de judicialização do movimento. O julgamento do dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho (TST) foi adiado e a orientação das entidades sindicais é pela continuidade da greve. A categoria também reivindica a defesa do acordo coletivo, a manutenção do plano de saúde, o fim do fechamento de unidades, a suspensão dos processos de reestruturação e das medidas que retiram direitos.

As duas greves enfrentam o mesmo problema: a política aplicada pelo governo Lula e pelas direções das empresas estatais, que buscam reduzir custos às custas dos trabalhadores. A unificação das mobilizações é o caminho para aumentar a pressão e fortalecer a luta em defesa dos direitos.

A experiência histórica do movimento operário demonstra que as maiores conquistas dos trabalhadores foram arrancadas por meio da

organização e da mobilização coletiva. Por isso, a principal tarefa neste momento é ampliar a solidariedade às greves, fortalecer os comandos de mobilização e construir a unidade entre as categorias em luta.

As paralisações da Caixa e dos Correios ocorrem em um contexto de crescente insatisfação com a perda de direitos, o aumento do custo de vida e a deterioração das condições de trabalho.

Ultrapassam as reivindicações corporativas e assumem um significado mais amplo para toda a classe trabalhadora. Cada avanço conquistado por bancários e ecetistas fortalece o conjunto dos trabalhadores e demonstra que somente a luta organizada pode enfrentar os ataques promovidos pelos governos e pelas direções das empresas.

É fundamental cercar essas greves de solidariedade ativa. A defesa dos planos de saúde, dos acordos coletivos, dos empregos e das empresas públicas interessa não apenas aos trabalhadores diretamente envolvidos, mas a todos que defendem serviços públicos de qualidade e direitos para a classe trabalhadora. ■

Todo apoio à greve dos trabalhadores da Caixa Econômica Federal e dos Correios. A unidade e a mobilização são o caminho para derrotar os ataques e conquistar vitórias.

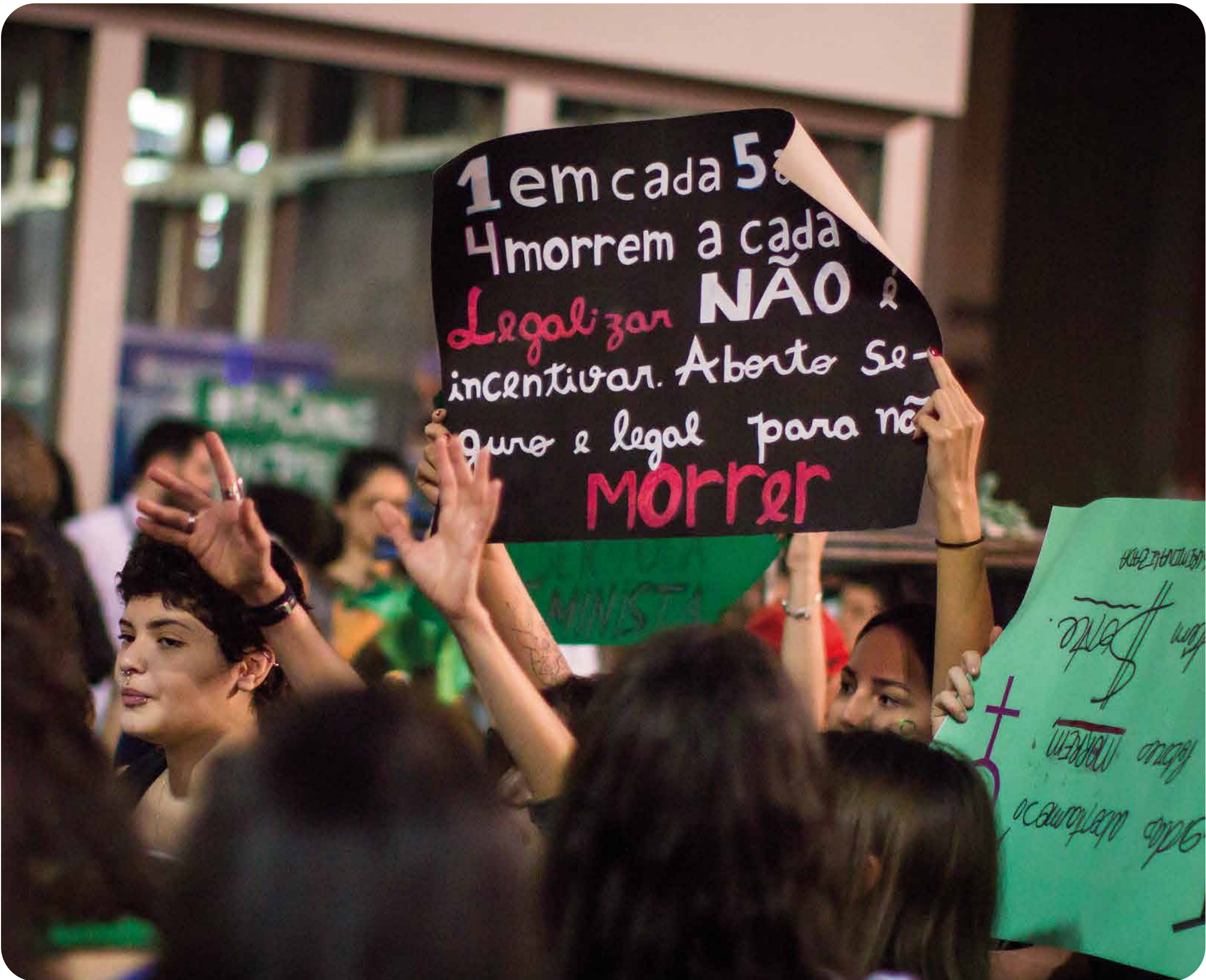
28 SETEMBRO: DIA DE LUTA PELA DESCRIMINALIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

Chega de mortes maternas! Aborto inseguro é feminicídio de Estado

É pela vida das mulheres: educação sexual para consentir, contraceptivo para não engravidar, aborto legal e seguro para não morrer



SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PSTU



Ato em SP em defesa da legalização do aborto. Foto: Romerito Pontes

Aborto inseguro mata. No Brasil, a cada dois dias uma mulher morre por aborto inseguro. O sistema público registra ainda, anualmente, dezenas de milhares de internações e hospitalizações decorrentes de complicações pós-aborto. A ilegalidade e a falta de assistência adequada forçam milhares de mulheres a realizarem o procedimento em condições insalubres, com uso de medicamentos inadequados, métodos invasivos e

sem acompanhamento médico. Essas internações e mortes têm classe e raça.

A criminalização empurra para maior risco quem é mais pobre. Quem tem dinheiro aborta em clínica particular, com segurança. Quem é pobre e negra aborta escondida, e corre o risco de morrer ou ser presa. Em municípios pobres da região norte do país, a taxa de mortalidade por aborto inseguro chega a ser 20% mais alta que a média nacional. As mulheres negras representam 63% das vítimas fatais de aborto, sendo que a chance de uma mulher negra recorrer ao aborto inseguro é 46% maior que a de uma mulher branca. Isso é reflexo de menos acesso a contracepção, a informação e a atendimento digno.

O GOVERNO LULA É RESPONSÁVEL

Em 2025, a 5ª Conferência Nacional de Mulheres aprovou por ampla maioria a recomendação pela legalização do aborto. Ainda assim, o governo Lula se nega a incorporá-la ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres alegando que a descriminalização deve ser tratada pelo Legislativo ou pelo Judiciário.

Essa escolha tem consequências. Ao se afastar da disputa política pela legalização, o Executivo deixa a pauta submetida a um Congresso onde avançam projetos de restrição e a um Judiciário que há anos não resolve a questão. Sua política de "governabilidade" significa negociar com a bancada evangélica e conservadora no Congresso, sendo que a pauta das mulheres é moeda de troca nesses acordões por cima. Não há vontade política de bater de frente com o conservadorismo parlamentar que sustenta a base aliada.

CONGRESSO E EXTREMA-DIREITA AVANÇAM CONTRA NOSSOS DIREITOS

Enquanto isso, o Congresso continua produzindo ataques. Existem mais de 100 propostas ativas na Câmara e no Senado com foco em enrijecer penas, criar barreiras burocráticas ou questionar as exceções ao crime de aborto.

Nos estados e municípios governados pela extrema direita, serviços de aborto legal são fechados e multiplicam-se projetos de lei restringindo direitos. Em Minas Gerais, o PL 3.000/24 chega ao cumulo de propor que abortos decorrentes de estupro sejam notificadas à polícia e o material biológico preservado para perícia. O objetivo de setores da extrema-direita vai além de impedir a legalização: é acabar com o próprio aborto legal no país.

UM JUDICIÁRIO A SERVIÇO DA BURGUESIA E CONTRA AS MULHERES

A ADPF 442, que discute a descriminalização até a 12ª semana, está paralisada desde 2023: mesmo com votos favoráveis de Rosa Weber e, mais recentemente, de Barroso em seu último ato na Corte, um pedido de destaque de Gilmar Mendes travou tudo, sem data para retomada. O mesmo STF que não tem pressa para julgar o direito das mulheres a não morrer age com rapidez quando o interesse é dos grandes bancos e financistas, como mostra o caso Banco Master-Vorcaro. Enquanto isso, cresce o número de mulheres pobres processadas por aborto. A criminalização recai sempre sobre quem tem menos recursos para se defender.

O Estado, que criminaliza, tampouco garante às mulheres condições para serem mães: falta creche,

falta renda digna, falta trabalho estável, falta rede de proteção. Cobra-se a maternidade compulsória e se abandona quem tenta exercê-la livremente. Por isso afirmamos: as mortes por aborto inseguro são feminicídio de Estado. Aborto legal e seguro é questão de direitos humanos, não pode ser tratado como caso de polícia.

NAS RUAS NESTE 28S

Neste 28S, estaremos nas ruas para dizer basta de mortes maternas por aborto inseguro. Nenhuma mulher trabalhadora deve morrer ou ser presa por decidir. A maternidade deve ser um direito e não uma imposição. O estado deve garantir condições para que as mulheres possam exercer a maternidade com dignidade e legalizar o aborto para que possam exercer autonomia sobre seu corpo.■



Ato em SP em defesa da legalização do aborto. Foto: Romerito Pontes

*Educação sexual para consentir,
contraceptivo para não engravidar, aborto
legal e seguro para não morrer.*

ESTÁ NO AR O MANIFESTO ELEITORAL DO REBELDIA:

Enterrar o velho mundo! Com os trabalhadores, contra o sistema

Nas eleições, construímos a campanha da esquerda revolucionária, as candidaturas do PSTU, com Hertz Dias e Vanessa Portugal para a presidência/vice, e lançamos candidaturas do Rebeldia em 8 estados do país.

Para fazer a revolução socialista brasileira e criar um mundo novo, precisamos de um programa que responda aos desafios concretos de hoje. Lançamos este manifesto como um convite ao debate e elaboração coletiva. Leia, critique, dê sugestões e organize seu ódio de classe com a gente

Quer se organizar? Participe do recrutamento do Rebeldia, uma escola de formação teórica e prática da luta de classes!

Acesse o Manifesto

Enterrar o velho mundo
Com os trabalhadores, contra o sistema

CLIQUE AQUI

Organize sua Rebeldia

CLIQUE AQUI



MANIFESTO

ENTERRAR O VELHO MUNDO

**Com os trabalhadores,
contra o sistema**

**Juventude com a
esquerda revolucionária**